

À

Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre - MG

Projeto: Construção da Escola Municipal Alegrinho

DOCUMENTO AUXILIAR

Prezados,

A seguir, apresentamos a justificativa técnica do projeto elaborado em duas partes da Construção da Escola Municipal Alegrinho.

No segundo semestre de 2023, o governo federal lançou o Programa do NOVO PAC - Programa de aceleração do crescimento, onde diversos municípios poderiam submeter a análise obras e serviços em diversos eixos do programa. O Município de Pouso Alegre submeteu para análise o anteprojeto da E.M. Alegrinho no eixo EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, tendo sido contemplado com o recurso do OGU.

Posteriormente foi realizado a elaboração do projeto executivo atendendo todo o manual do programa. De acordo com as regras do Programa 5111 - Programa Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade – Ação 00SU – Proinfância – Modalidade Creches e Escolas de Educação Infantil – FNDE não são contemplados pelo financiamento os seguintes itens (exceto em casos onde a execução do serviço é essencial para a funcionalidade do empreendimento):

- Serviços de terraplanagem, que incluem movimentação de terra para nivelamento do terreno, muros de arrimo, contenções, taludes, obras de arte, drenagem, serviços de geologia e outros dessa natureza;
- Serviços de entrada de energia, entrada de água e esgotamento sanitário externos ao limite do terreno da escola;
- Equipamentos eletroeletrônicos, como aparelhos de ar-condicionado, bebedouro elétrico, dentre outros;
- Equipamentos de segurança, como concertina, cercas elétricas, câmeras, centrais de alarme e central de monitoramento de câmeras;

- Aluguel ou locação de equipamentos e materiais de obra fora da composição dos serviços contemplados na planilha. Por exemplo: locação de andaime desvinculado de serviço, como pintura ou gesso;
- Infraestrutura de adequação do entorno do terreno, que inclui pavimentação, calçadas, distribuição de energia e iluminação pública, esgotamento sanitário, dentre outros;
- Serviços de mobilização e desmobilização, como caçamba, transporte, carga e descarga de materiais e bota-fora;
- Serviços de qualquer natureza externos aos limites do terreno apresentados na planta de locação/implantação.

Os itens não financiáveis necessários à plena funcionalidade do empreendimento deverão ser custeados às expensas da Prefeitura, ou seja, fora do termo de compromisso (TC), não compondo assim o valor de investimento.

Dessa forma, foi necessário realizar a elaboração do projeto em duas partes, uma com os itens passíveis de financiamento pelo OGU e outra com os itens a serem custeados pelo município, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 - Resumo da elaboração do projeto

	1ª parte	2ª parte
Serviços inclusos	Fundação, superestrutura, fechamento em alvenaria, acabamento, cobertura da edificação instalações elétricas e hidrossanitárias, sistema de prevenção a incêndio e pânico.	Limpeza do terreno, terraplenagem, cortina de estaca e equipamentos complementares como ar condicionado, bebedouro, coifa, equipamentos para cabeamento estruturado.
Valor OGU	R\$ 5.317.262,31	-
Valor de contrapartida que será pago pelo município	R\$ 515.374,41	R\$ 880.485,28
Valor total	R\$ 5.832.636,72	R\$ 880.485,28

Com base na análise das alternativas para a execução da obra da Escola Municipal Alegrinho, esta equipe defende a contratação de uma única empresa especializada para a realização dos serviços em um único lote.

A opção por uma empresa especializada se justifica por diversos fatores que asseguram maior eficiência e qualidade na execução da obra. Primeiramente, a experiência da empresa em projetos similares reduz os riscos de falhas técnicas,

possibilitando a adoção de soluções inovadoras que poderiam não estar disponíveis na contratação de profissionais individuais. Essa expertise é essencial para garantir que a obra atenda plenamente às necessidades do município.

Além disso, a contratação de uma empresa tende a representar uma opção mais econômica em comparação à contratação fragmentada de profissionais. Empresas especializadas possuem estrutura e recursos que otimizam os custos operacionais, proporcionando um melhor custo-benefício para a administração pública.

Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada não apenas segue as melhores práticas de gestão pública, mas também se apresenta como a alternativa mais eficaz para atender às necessidades do município, garantindo segurança, qualidade e eficiência na execução da obra.

Recomenda-se que a licitação seja conduzida em um único lote, exigindo que os licitantes apresentem propostas para todos os itens que o compõem, sendo a apresentação em planilhas distintas, seguindo o modelo dos documentos disponibilizados.

A decisão de não fracionar a licitação para a contratação da empresa responsável pela execução da obra baseia-se na Lei nº 14.133/2021, em especial nos artigos 6º, inciso XLIV; 18, parágrafo único; 40, inciso II; e 11, incisos I e IV.

O artigo 6º, inciso XLIV, estabelece que o parcelamento da contratação deve ser adotado sempre que for tecnicamente e economicamente viável, com o objetivo de ampliar a competitividade. No entanto, o artigo 18, parágrafo único, ressalta que essa divisão não é obrigatória quando comprometer a execução coordenada do objeto ou gerar prejuízos à economia de escala.

No presente caso, a construção da escola requer uma execução integrada e coordenada, abrangendo diversas etapas, com a construção da edificação de fins educacionais de 3.661,31 metros quadrados compreendendo projetos complementares da edificação e implantação de toda a infraestrutura. A fragmentação desses serviços entre diferentes empresas poderia resultar em problemas técnicos, falta de sincronização entre as fases da obra e aumento de riscos operacionais, o que comprometeria a qualidade e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Adicionalmente, conforme prevê o artigo 40, inciso II, a opção pelo lote único leva em consideração a economia de escala. A centralização da execução em uma

única empresa pode reduzir os custos globais ao eliminar redundâncias contratuais, além de facilitar o acompanhamento técnico e administrativo do projeto.

Por fim, nos termos do artigo 11, incisos I e IV, o planejamento da contratação prioriza a eficiência e a economicidade, garantindo que a escolha adotada proporcione a melhor relação custo-benefício para a administração pública.

Diante desses fatores, conclui-se que a adoção do lote único representa a alternativa mais eficaz para assegurar a eficiência, a qualidade e a integração técnica dos serviços, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

Sem mais, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e subscrevemo-nos com votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Aloisio Caetano Ferreira
CREA – MG 97.132/D
DAC Engenharia Ltda
09.257.872/0001-04